

# MANUAIS ESCOLARES NO COTIDIANO DO GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO: CONECTORES DAS PRÁTICAS E CULTURA ESCOLAR

## SCHOOL MANUALS IN THE DAILY OF THE GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO-GE BRB: CONNECTORS OF SCHOOL PRACTICES AND CULTURE

Marecida Bezerra de Araújo 1  
Kilza Fernanda Moreira de Viveiros 2

**Resumo:** Esta pesquisa objetiva analisar manuais escolares e a circulação de ideias educacionais no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, município de Parelhas-RN, de 1919 a 1922, quais sejam: Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto (1916), primeiro, segundo, terceiro e quarto livro de Leituras Moraes e Instructivas de João Kopke (1914), Nova Cartilha Analytico-Sintética de Mariano de Oliveira (1918), e Nossa Pátria de Rocha Pombo (1917). Considera-se nesta pesquisa a abordagem metodológica da Nova História, com o método histórico. O corpus investigado inclui dois diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha e Raimunda Rocha (1919 e 1920), Maria Helena Furtado e Rita Sampaio (1921 e 1922), professoras efetivas do GE BRB, os quais fazem referência aos dados pesquisados. Assim, os manuais escolares podem ser entendidos como elementos da cultura escolar, artefatos das normas, finalidades da Instrução Pública, conteúdos ensinados e as práticas pedagógicas vivenciadas em contexto escolar.

**Palavras-chave:** Grupo Escolar. Manual Escolar. Cultura Escolar.

**Abstract:** This research aims to analyze school manuals and the circulation of educational ideas in the Grupo Escolar Barão do Rio Branco, municipality of Parelhas-RN, from 1919 to 1922, namely: Cartilha Analítica by Arnaldo Barreto (1916), first, second, third and fourth book of Leituras Moraes e Instructivas by João Kopke (1914), Nova Cartilha Analytico-Sintética by Mariano de Oliveira (1918), and Nossa Pátria by Rocha Pombo (1917). This research considers the methodological approach of New History, with the historical method. The corpus investigated includes two class diaries by teachers Maria Terceira Rocha and Raimunda Rocha (1919 and 1920), Maria Helena Furtado and Rita Sampaio (1921 and 1922), effective teachers at GE BRB, which make reference to the researched data. Thus, school manuals can be understood as elements of school culture, artifacts of norms, purposes of Public Instruction, content taught and pedagogical practices experienced in a school context.

**Keywords:** School Group. School Manual. School Culture.

- 
- 1 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente diretora da Escola Municipal Maria de Lourdes Medeiros Cunha em Jardim do Seridó/RN. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1137722364432722>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7423-3056>. E-mail: [marecilde@hotmail.com](mailto:marecilde@hotmail.com)
  - 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), atualmente professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0588907119958839>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1243-7595>. E-mail: [kilza.fernanda@hotmail.com](mailto:kilza.fernanda@hotmail.com)

## Introdução

Essa pesquisa tem por objetivo analisar os manuais escolares utilizados no Grupo Escolar Barão do Rio Branco como instrumento de formação do homem republicano no período de 1919 a 1922, efetivando a cultura escolar desta instituição. Tomada em sua materialidade, esta pesquisa expressa a cultura recorrente na Primeira República, através dos manuais escolares como processo de distribuição do conhecimento, modos de ser e exercitar práticas cotidianamente em movimento que comporta o espaço-escolar, a organização didático-pedagógica compatível com o método de ensino (intuitivo), a formação dos professores e a difusão de princípios cívicos, higienistas e patrióticos.

Com atenção ao conteúdo dos dois diários encontrados no GEBRB, foi identificado os manuais citados, a saber: Segundo, Terceiro e Quarto livro de Leituras, Morais e Instrutivas do autor João Kopke; Nova cartilha Analítica-Sintética de Mariano de Oliveira; Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto e Nossa Pátria do autor Rocha Pombo, despertando o desejo de analisar os textos destas cartilhas, quanto aos conteúdos propostos, indicação de exercícios e leituras. A busca por estes manuais impressos se deu em livrarias, bibliotecas de universidades, Biblioteca Nacional e sebos em diferentes regiões do país.

Essa tipologia de impressos apresenta elementos para a compreensão das estratégias utilizadas na formação dos sujeitos republicanos, combinando um discurso coerente de práticas consolidadas e inovações pretendidas para a educação da época. Estes manuais se tornaram objeto de investigação desta pesquisa mediante o seguinte questionamento: *Que contribuição apresenta os manuais escolares para a formação do cidadão republicano no cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco em Parelhas-RN, no início do século XX?*

Para Magalhães (2006), a história do livro escolar é um campo historiográfico que, nas décadas mais recentes, tem se desenvolvido de forma intensa e inovadora. Pois, o manual não é apenas um suporte didático para o cotidiano da escola. Imbuído de um saber científico, seus discursos obedecem a objetivos políticos, morais, estéticos e ideológicos. Por isso, precisa ser analisado dentro do contexto social, político, econômico e cultural em que foi produzido.

Os manuais escolares fazem parte de um conjunto de decisões peculiares de uma determinada realidade elaborada sobre processos, normas, valores, significados, formas de pensamento, constituidores da própria cultura que se complexifica como resultado de uma construção histórico-cultural do homem. Nesse sentido, Julia (2001) enfatiza que todas as normatizações impostas à escola conduzem as práticas vivenciadas pelos diferentes sujeitos em suas relações com seus pares, e os objetos escolares.

No processo remodelador de estados, municípios e vilas ocorridas nas primeiras décadas da República, os grupos escolares exerceram importante papel, contribuindo para a formação intelectual, moral, cívica e física daqueles que tinham acesso aos bancos escolares; embelezamento da cidade em decorrência da sua arquitetura moderna; efetivação de práticas higienistas e divulgação de ideais cívicos. Conforme Araújo (2011, p. 141), a escola que, nessa perspectiva, apresentava-se como moderna era aquela que “coexistia com o conhecimento técnico e científico, a escola da pedagogia nova e a cultura do urbano e do público”. Dessa forma, a organização dos espaços e saberes escolares revela a modernidade almejada pelos governantes e sujeitos republicanos através dos modelos dos grupos escolares, que traziam em si o que era de mais atual em infraestrutura, métodos de ensino, programas, mobiliário, material didático e professores com formação pedagógica.

Para se compreender como o processo dos manuais escolares se fizeram presente no contexto da escola, faz-se necessário conhecer a organização dos grupos escolares no Brasil como instituição social de fomento ao desenvolvimento intelectual, a ordem e ao progresso. Os grupos escolares foram projetados para atender aos ideais liberais da Instrução Pública, com o ensino laico, gratuito e universal, a fim de “que fossem capazes de superar as práticas formadoras do sujeito impregnadas pelo espaço doméstico e religioso, características próprias do regime imperial” (Souza, 2019, p. 23). Nessa mesma concepção de pensamento, Azevedo (2009), em suas pesquisas sobre as instituições de ensino na transição do século XIX para o XX, destaca que os grupos escolares correspondiam

a uma modalidade de escola que possuía métodos inovadores, avançados e modernos para o Ensino Primário, os quais se contrapunham aos métodos ultrapassados e utilizados pelas escolas de primeiras letras no período imperial.

Desse modo, a referida pesquisa é justificada pela implementação de mais um grupo escolar na região do Seridó, estado do Rio Grande do Norte. Similarmente, destaca-se o Decreto nº. 174, de 5 de março de 1908, que implantou o primeiro grupo escolar no estado Rio Grande do Norte, nomeado “Augusto Severo”, no Bairro da Ribeira, cidade de Natal (Araújo, 2006), embora já existissem outras instituições de Ensino Primário em outros moldes. Além disso, através do Decreto nº. 189, de 16 de fevereiro de 1909, assinado pelo então governador do [Rio Grande do Norte, Alberto Maranhão](#), foi instituído o primeiro grupo na região do Seridó-RN, na cidade de Caicó, com o nome de Grupo Escolar Senador Guerra.

O Grupo Escolar Barão do Rio Branco foi a primeira escola pública do município de Parelhas-RN, criada em 13 de janeiro de 1919 pelo Decreto nº. 87. A organização e funcionamento desta instituição são compreendidas pelos ideais republicanos, local e regional que projetavam trazer o desenvolvimento intelectual através de uma instituição educativa somada à remodelação das ruas, praças, templo sacro, os quais davam um novo traçado urbano à pequena vila de Parelhas. Na ótica dos documentos analisados, percebe-se que o prédio foi construído para funcionamento do Grupo Escolar Barão do Rio Branco e teve sua origem dos recursos arrecadados na própria povoação.

Durante o mês de janeiro e fevereiro de 1919, foram inaugurados no estado do Rio Grande do Norte três grupos escolares: O Grupo Escolar Barão do Rio Branco, na povoação de Parelhas; Grupo Escolar Joaquim Nabuco, na Vila de Taipu; e o Grupo Escolar Padre Cosme, na Vila de São Miguel de Paus dos Ferros. No jornal *A República*,<sup>1</sup> Manoel Dantas<sup>2</sup> (diretor da Instrução Pública) faz o seguinte comentário: “Todos esses novos estabelecimentos de ensino funcionam em prédios especialmente construídos de acordo com as exigências do ensino moderno dotados do necessário material escolar e pedagógico” (25 de fevereiro de 1919, p. 01).

Na implantação dos grupos escolares, o método, programa de ensino, materiais escolares e pedagógicos, destacando nesta pesquisa o manual escolar, estabeleciam uma relação direta com as disciplinas e seus conteúdos, lições, exercícios, festas cívicas, que circulavam o espaço escolar determinando o que era necessário ensinar e aprender. Por isso, os manuais escolares foram analisados como instrumentos utilizados no GEBRB a partir de uma concepção seletiva e normativa de cultura que firmada no projeto republicano, reinventavam as práticas e interferiam na cultura da escola e, conseqüentemente, da comunidade.

O método de ensino intuitivo é destacado como expressão de inovação que inserido no programa curricular, apresentava-se em uma perspectiva objetiva, pragmática, funcional e utilitarista na escola, promovendo a formação técnica, intelectual e moral do homem para com suas práticas de vida social. Nesse sentido, Saviani (2019) enfatiza que nesse método prevalecia o ensino concreto, racional e ativo, por isso, foram introduzidos nas escolas, materiais pedagógicos, entre eles os livros e as cartilhas que promovessem a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos por meio da observação e da percepção sensível.

Desse modo, o manual escolar constituía um dos principais instrumentos pedagógicos utilizados tanto para o trabalho do aluno como um guia para os docentes. Tal recurso didático desempenhava função informativa e formativa para o estudante, fosse como veículo dos conteúdos prescritos nos programas de ensino, quer como regulador da aprendizagem quanto à intencionalidade da formação do sujeito para a ordem e o progresso, ideias republicanas. Ademais,

1 A República foi um [jornal brasileiro](#) publicado e sediado em [Natal](#), no estado do [Rio Grande do Norte](#), fundado em [1 de julho](#) de [1889](#) pelo ex-governador [Pedro Velho](#). Pertencia ao Departamento Estadual de Imprensa (DEI), órgão do [Governo do Rio Grande do Norte](#).

2 Manoel Gomes de Medeiros Dantas nasceu em Caicó, em 26 de abril de 1867. Filho de Manoel Maria do Nascimento Silva e Maria Miquilina de Medeiros, tinha como avós paternos o Cel. João Gomes da Silva e Luzia Úrsula de Medeiros. Faleceu no dia 15 de junho de 1924. Foi alfabetizado em casa e estudou o secundário no Atheneu Norte-rio-grandense. Foi Diretor Geral da Instrução Pública, Jornalista, Inspetor Agrícola, Professor, Orador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Prefeito da cidade de Natal. Coursou Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito do Recife. Concluiu seus estudos acadêmicos no ano de 1890. Fonte: MORAIS, Isabela Cristina Santos de. A atuação de Manoel Dantas na instrução pública Norte-rio-grandense (1897-1924). Natal, 2018. 165f.

orientava os professores na preparação das aulas e cumpria com uma função cultural na difusão de ideologias e valores dominantes.

## Metodologia

A pesquisa é de abordagem metodológica da Nova História, com o método histórico. De acordo com Reis (2003), essa abordagem concebe uma história com novos objetos, novos problemas do homem comum, mediante as fontes históricas, em colaboração com outras ciências sociais, como a psicologia, a antropologia, a sociologia e a geografia.

O método histórico é definido por Aróstegui (2006, p. 93) como o “método dos fatos sociais sempre em relação com seu comportamento temporal”, de forma que os fenômenos sociais não podem ser observados diretamente da realidade. Em suas peculiaridades, precisam recorrer dentro de uma temporalidade ao maior número de vestígios possíveis, capazes de tornar inteligível e explicável a exposição da História.

A Nova História apresenta uma ampliação na pesquisa histórica com possibilidades metodológicas para que se possa analisar um cenário do passado no presente, mesmo complexo como uma instituição educativa estruturada por aspectos legais, normas, grupos sociais e suas inter-relações. Nesta nova abordagem, as dimensões de tempo, indivíduo e sociedade evoluíram e estão articuladas à diversidade de informações encontradas nos diferentes acervos e arquivos. Estes não são produtores das fontes, mas, sim, locais de armazenamento e guarda. Em consequência, faz-se necessário pensar o diálogo que transpassam as diferentes fontes na construção identitária no campo científico da instituição educativa situada na área das ciências humanas e sociais.

Desse modo, “História e Educação” são duas palavras interdependentes; dois campos de compreensão e investigação na pesquisa. Não haveria história sem educação; esta é a produção do próprio conhecimento, da experiência humana e da aprendizagem dos diferentes saberes produzidos, acumulados e transmitidos de uma geração para outra. Sem a história não haveria educação, pois não se conseguiria compreender o percurso do homem, os acontecimentos mediados pela ação humana.

As instituições escolares a partir da criação dos grupos escolares mudaram suas práticas com a utilização dos manuais que traziam um modo de pensar e de ver a formação do sujeito do ponto de vista de tutela e controle, das instituições educacionais, como expressa Frago (1995), impondo comportamentos, modos de fazer de cada sujeito. Pelos manuais, os republicanos procuravam construir uma nação educada, além de letrada com princípios cívicos e morais.

Na realização desta pesquisa, nos diários de classe analisados, a presença dos seguintes manuais no GEBRB foi identificada.

**Quadro 1.** Manuais utilizadas no GEBRB 1920 a 1922

TÍTULO	AUTOR
Segundo, Terceiro, Quarto Livro de Leituras Morais e Instrutivas	João Kopke
Nova Cartilha Analítico-Sintética	Mariano de Oliveira
Cartilha Analítica	Arnaldo Barreto
Nossa Pátria	Rocha Pombo
Páginas Infantis	Mariano de Oliveira
Leituras Morais	Arnaldo Barreto

**Fonte:** Diários de Classe GEBRG (1919 a 1922).

De acordo com Magalhães (2006), esta fonte se faz presente no cotidiano das instituições educativas a partir de múltiplas dimensões: linguística, política, educacional, cultural, que é ao mesmo tempo produto e produtor de cultura. Com estes aspectos, estariam também a intencionalidade do sistema educacional, do autor e da editora diante da exposição dos conteúdos; adequação para

o trabalho pedagógico; estilo textual expositivo; combinação de imagem com texto; presença de recursos didáticos explícitos como tabelas, quadros, exercícios e orientações para os docentes.

Para a organização da pesquisa com os manuais acima citados, baseando-se na pesquisa bibliográfica, foram divididas as fontes documentais a partir da identificação, coleta e análise dos dados. Os manuais escolares problematizados nesta investigação, foram citados nos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio. Os estudos exploratórios foram iniciados com o intuito de se buscar mais informações sobre tais instrumentos utilizados por professores e alunos no GEBRB em 1920 e 1921. Foi necessário adquirir os exemplares destes livros em sebos e livrarias considerados como obras raras, justificando a dificuldade para encontrá-los. Os documentos oficiais como Código de Ensino de 1916, Regimento Interno para os grupos escolares e escolas isoladas de 1914 também foram analisados.

Autores como Mortatti (2000), Frade (2001), Bernades (2008), Rozante (2011), lembram que os manuais escolares são objetos de investigação complexos, inseridos no universo cultural, constituídos por normas, regras, mas que ao mesmo tempo definem os conhecimentos a serem ensinados e as finalidades do sistema educacional pensado por sujeitos intelectuais. A literatura de Moura e Junior (2019), Oliveira (2015), Leopoldino (2019), discutem os manuais escolares como artefatos dos projetos que buscavam representar o ideal de nação e de modernidade pedagógica da época.

A pesquisa documental foi organizada em duas ações: na localização e digitalização de documentos e na análise do conteúdo documental. De início, foram mapeados os locais em que seriam encontradas as fontes, uma vez que na Escola Estadual Barão do Rio Branco estas eram inexistentes. Em um trabalho de verdadeiro garimpo, foi visitado o arquivo público do estado do Rio Grande do Norte. O jornal *A República*, encontrado no referido arquivo, apresenta informações de livro de atas, livro de honra, livro de termos de compromissos e livro de diplomas de professores que pertenciam ao departamento da Instrução Pública, os quais foram conduzidos para o processo de restauração e digitalização no Laboratório de Restauração e Conservação de Livros e Documentos Históricos da UFRN.

Na visita aos arquivos das prefeituras municipais de Jardim do Seridó - RN e de Parelhas - RN, foram encontrados livros de atas e decretos que testemunharam ações na efetivação das práticas do Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Cartórios, secretarias pertencentes à paróquia e arquivos privados dessas duas cidades também foram consultadas em busca de informações e registros que consolidassem a construção do presente artigo.

## **Difusão das práticas com a utilização dos manuais no interior do grupo escolar Barão do Rio Branco**

O modo como o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, ao longo de sua história, foi se estruturando e se organizando, tem reforçado as influências geradoras de adaptação, transformação e dominação, diante do contexto social, político e econômico em que se configurou como escola pública em sua localidade. A estrutura de funcionamento de uma escola é descrita por Julia (2001), como conjunto de práticas, normas, ideias e formas de comunicação constituídas no fazer e pensar da escola, o que vai desde a criação e implementação da escola em sua estrutura física em determinada localidade até os aspectos burocráticos de funcionamento (escrituração, legislação), dimensões administrativas, financeiras e pedagógicas. Nesse sentido, cada prática possui suas normatizações e imposições que serão postas e executadas pelos diferentes agentes no cotidiano da escola.

O reordenamento da Instrução Pública constitui-se, nos primeiros anos republicanos, de um momento fundamental para a construção da nova ordem administrativa e política no país. Essa organização do Novo Estado refletiu no contexto educacional, viabilizando mudanças no indivíduo e na sociedade. É nesse percurso que o manual escolar integrou as relações entre o conteúdo a ser ensinado, o comportamento a seguir, a cultura social imposta para o desenvolvimento do progresso, civilidade e ordem.

O termo de visita do Sr. Gonzaga Galvão, inspetor do ensino da Instrução Pública do Estado

do Rio Grande do Norte, aferida ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, ressalta que o mesmo passou a semana na povoação de Parelhas encontrando a escola isolada feminina, sob a regência efetiva da professora Raymunda Rocha, de modo que identificou 68 alunas matriculadas, das quais estavam presentes 58, assim distribuídas: 1ª sessão 22; 2ª sessão 18; 3ª sessão 06; e 4ª sessão 12. No funcionamento da escola isolada masculina, estava a professora regente efetiva Maria Terceira Rocha com 52 educandos, verificando o comparecimento de 44 assim distribuídos: 1ª sessão 16; 2ª sessão 13; 3ª sessão 10; e 4ª sessão 05 (A República, 15 de outubro de 1919, p. 1, n. 229).

Neste caso, o referido Grupo não se consolidava no modelo de escola graduada conforme o Código de Ensino (Lei n. 405 de 1916 e o Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1914) que seria organizada por turmas a partir dos níveis de aprendizagem, quantidades de alunos em cada sala por faixa etária e um mestre para cada sessão de ensino. Ou seja, continuava com a mesma organização das escolas isoladas. Essa era uma realidade bastante comum na organização dos Grupos Escolares no Rio Grande do Norte, em que eram criadas apenas duas ou três salas de aula, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino e uma terceira quando necessária para a sala mista.

Em conformidade com o Código de Ensino (1916), as aulas funcionariam em todos os dias úteis da semana durante quatro horas, havendo uma interrupção de meia hora para o recreio e descanso dos alunos. Neste aspecto, o Regimento Interno dos Grupos Escolares (2014) afirma que “o horário escolar começará as dez da manhã e terminará as duas horas da tarde” (Art. 26). Nesta dinâmica, aconteceriam quatro horas de aulas diariamente, diferente do que afirma o inspetor de ensino em sua visita ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, em que o tempo de quatro horas passou a ser fragmentado nas sessões, ficando apenas duas horas para as sessões 1ª e 2ª e, em seguida, 3ª e 4ª.

Pelos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio, percebe-se que as aulas iniciavam às oito horas, contando que antes do início das atividades era realizado canto de entrada, a chamada e a vistoria do asseio nos alunos. A 1ª e 2ª sessão iniciava às 8:25 até as 10:00 com um intervalo de trinta minutos para saída destes alunos e entrada dos que estudavam na 3ª e 4ª sessão. O tempo para cada atividade era fragmentado em seus mínimos elementos com imposição de ordens, e os alunos deveriam consequentemente responder de imediato, porque cada atividade resultava entre dez a quinze minutos.

Em 1926, o Grupo Escolar Barão do Rio Branco ganha uma terceira cadeira, a infantil mista. Com ela, a entrada de mais um professor, Raimundo Guerra, que assumiu também a função de diretor do referido Grupo. O sistema continuava o mesmo, apenas um professor por turma com o número excedente de alunos e níveis de conhecimentos diferenciados.

Desse modo, as práticas foram constituídas nos dias letivos, feriados móveis e fixos, dias sem aulas, comemorações festivas e cívicas, inspeção escolar, exames finais de promoção e reprovação presentes no cotidiano do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, consolidando-se como cultura escolar. Logo, a sala de aula tornou-se um dos mais importantes espaços em que as práticas eram produzidas e reproduzidas, tanto na sua organização quanto em seu mobiliário, distribuição dos alunos em filas, trabalhos em grupos, projetos pedagógicos, avaliação, relação professor/aluno, premiações, castigos, livro didático, diversidade de material utilizado para o desenvolvimento das aulas, recursos tecnológicos e subjetividade das pessoas, sendo esses elementos configurados nas práticas do cotidiano do grupo.

Ademais, as práticas encontram-se por todos os lugares no ambiente escolar. Desse modo, em síntese, elas educam, ensinam, produzem mudanças no modo de pensar e agir das pessoas e vão desde a legislação, normas a seguir, manuais escolares, gestão administrativa e financeira, tomada de decisão, relacionamento entre os diferentes sujeitos, higienismo, merenda, festas comemorativas, festas cívicas até a relação família/escola, cartazes e organização da biblioteca e de outros espaços.

## **Manuais escolares: dispositivo importante para a organização e o funcionamento interno da instituição escolar**

Não se pretende descrever as diferenças entre os manuais trabalhados no GEBRB, mas

entender as concepções de ensino e aprendizagem, os pressupostos teóricos-metodológicos que sustentavam o ideário pedagógico da época. Os manuais apresentavam uma percepção auditiva, visual, trabalho com as vogais, encontros vocálicos, sílabas simples, complexas, alfabetário, textos complementares e dicionário.

De acordo com Choppin (2002, p. 16), os manuais escolares eram:

[...] os utilitários da sala de aula: eles são concebidos na intenção, mais ou menos explícita ou manifesta segundo as épocas, de servir de suporte escrito ao ensino de uma disciplina no seio de uma instituição escolar. Se, até os meados do século XIX, esse papel não está sempre claramente formulado, principalmente no ensino primário, ele se torna em seguida mais passível de ser determinado com a criação progressiva de estruturas educativas estáveis, uniformes e cada vez mais diversificadas: o manual e as publicações que gravitam em torno dele (livros ou guias para o professor, antologias de documentos, cadernos ou fichários de exercícios, léxicos, antologias de atividades) se destinam sempre a uma disciplina, a um nível, a uma série ou a um grau e se referem a um programa preciso.

Em consideração ao exposto, vale acrescentar que os manuais de ensino deveriam conter, preferencialmente, gravuras para melhor aplicação das lições de coisas, tratar da natureza, principalmente, a fauna e a flora brasileira, ou de aspectos agrícolas. Em História, a obrigatoriedade de legitimar os heróis brasileiros, que se transformaram em personagens históricos. Em seu diário de classe, a Professora Maria Helena Furtado registra no ponto a ser tratado, a leitura das páginas 134 a 141 do livro leituras de Arnaldo Barreto para a 3ª e 4ª sessões na escrita, a seguinte oração: “O Barão do Rio Branco foi um ilustre brasileiro”. Tanto as práticas de leituras como escritas reforçam o privilégio de quem detinha ou ocupava posição de poder no país. Além de ilustre brasileiro, Barão do Rio Branco era o patrono do Grupo, por isso, cultuava-se esse sentimento simbólico de um homem que condensava os ideais de uma pátria amada.

Como afirma Miceli (2000, p. 10):

O herói nacional antes de tudo tem uma finalidade moralista, servindo para avaliar e dirigir capacidades e condutas, responsabiliza-se pela indicação dos caminhos da humanidade e dos papéis que são destinados aos demais, distribuindo ensinamentos e pregando sua moral.

Através das práticas, a atividade humana transforma a realidade de maneira consciente ou não, orientada para uma ação com finalidades. Os manuais escolares, com suas múltiplas funções (leitura, escrita, moral, civismo, higiene), traziam intencionalidades dos sujeitos autores dessas obras que em conformidade com seus ideais e da sociedade a que pertenciam, modelavam o novo homem necessário à ordem republicana.

Chartier (1990) confere aos livros didáticos, o status de livro dos livros, sendo estes o caminho para o progresso da escolarização e da civilização, uma vez que os manuais traziam o conhecimento suprimindo as práticas empíricas e os conhecimentos transmitidos apenas pela tradição oral. Para o autor, faz-se necessário compreender as apropriações do texto em toda sua complexidade (editor, autor, conteúdo do texto, material gráfico), ou seja, as inferências do texto sobre o leitor que está sendo formado. Assim, o manual escolar passou a influenciar o modo de ensinar e aprender, em que os professores deveriam aproveitar ao máximo o tempo, racionalizá-lo, torná-lo útil. Todas as atividades eram cronometradas, planejadas dentro do espaço-tempo de cada disciplina para garantir a qualidade do método de ensino intuitivo ou lições das coisas, firmado na instrução do olhar, ver, observar, adotado nas escolas primárias.

Dessa maneira, os manuais escolares intervinham diretamente na atuação das professoras que ensinavam um número de alunos maior que o indicado pelo regimento de ensino e as sessões 1ª e 2ª, 3ª e 4ª, ao mesmo tempo. Isso pode ser comprovado por meio dos horários estabelecidos

pelo inspetor de ensino para funcionamento das aulas no Grupo Escolar Barão do Rio Branco: “O horário empregado é o desdobrado em dois tempos, funcionando o 1º das 10 às 12 horas, e o 2º das 12 às 14 horas. No primeiro tempo, trabalham-se as 1ª e 2ª seções e no 2º as 3ª e 4ª seções” (A República, 15 de outubro de 1919, p. 1, n. 229).

Na escola primária, a leitura e a escrita eram as principais atividades a serem ensinadas. Os textos consolidavam a ideia de uma pátria moderna e civilizada através dos conteúdos morais e cívicos e integração à vida social. Com isso, observamos a primeira lição do segundo livro de João Kopke: “Um bom presente”, o qual narra a história de um pai que prometera ao filho que no seu aniversário de oito anos lhe daria um bom presente: ir à escola. O filho esperava mês a mês por esse dia. O conto discorre sobre a importância de se fazer bom uso dos olhos, ouvidos, boca, extraíndo do mestre tudo o que fosse possível de aprender para ser um bom menino.

Desse modo, as mudanças sociais, os novos costumes e o desenvolvimento urbano incumbiam à escola, o ensino pela repetição de valores morais, com auxílio dos manuais. Assim, as práticas escolares se tornavam condizentes com o momento histórico e político da época. Como podemos observar no diário de classe da professora Rita Sampaio, em 02 de maio de 1921, a seguinte frase: “O aluno Obediente é estimado pelo mestre”. Isso demonstra os preceitos exigidos pelas disciplinas e seus conteúdos para a formação do sujeito e as ações estabelecidas entre o método de ensino e as práticas escolares.

Esta frase é do terceiro livro de *Moraes e Instructivas* de João Kopke, proporcionando o ensino da língua materna e uma série de conhecimentos científicos distribuídos pelas disciplinas, assim como a doutrina dos educandos para a consciência. As narrativas eram curtas e se ampliavam gradativamente, de maneira que permitissem a leitura e releitura diante das noções de higiene, comportamento, persistência e obediência.

Assim, as leituras tinham ilustrações que produziam uma identificação com a vivência dos alunos, formação de atitudes e bons hábitos para a vida. Em uma outra análise, poderíamos pensar na apropriação das competências e disposições socioculturais que o leitor fazia para a materialização de suas práticas, como afirma Bittencourt (2004, p. 475), “O saber verdadeiro só seria obtido pela escola, pelo professor, e principalmente pelos livros”. Portanto, os manuais permitiam o aluno a exercitar e ampliar em diversas atividades o sistema de leitura e escrita a partir de um repertório básico de palavras e textos que serviam de fontes de informações para outras produções, até mesmo autônomas.

Os manuais são considerados fontes de grande importância para a construção da historiografia da escola, “constituindo-se em chaves que podem elucidar a gramática que preside a organização e o funcionamento interno da instituição escolar, na medida em que eles são, a um só tempo, espaço de memória, suporte curricular e espelho da sociedade” (Rocha, 2016, p. 99). Por isso, os conteúdos estavam em consonância com os princípios republicanos conduzidos pela reforma da Instrução Pública, e explicitavam as noções de leitura e escrita, ciências e geografia, além dos conteúdos cívicos.

Segundo Escolano (1997, p. 15), os manuais constituem-se numa “huella de los procedimientos que ordenaron la vida cotidiana de los establecimientos educativos, el testimonio de los modelos pedagógicos dominantes que informaron el oficio docente y la condición de aprendiz”. O manual escolar passou a ser um dos principais instrumentos para atender às exigências de um novo modelo de sociedade que se formava no país, elevando-o à modernidade e ao progresso. A ordem, o respeito à pátria eram pontos tratados dentro de cada manual pelos professores, respeitando os aspectos metodológicos, curriculares e estruturais, além das inovações didático-pedagógicas e administrativas.

De acordo com o segundo livro de leituras, *Moraes e instructivas* de João Kopke, observa-se as frases propostas como atividade de escrita pela professora Maria Terceira Rocha, quais sejam:

- O alumno preguiçoso e mau, nada mais adquire a não ser o desprezo de todos.
- Appilcte ao bem e serás homem honrado.
- Se não conseguires fazer um trabalho da 1ª vez, tenta a 2ª e a 3ª e mais vezes, com paciência e o concluirás (GEBRB, 1920 p. 23, 36, 72, respectivamente).

As frases demonstram o cuidado em formar boas atitudes nos escolares, motivação para

aprendizagem e comportamentos adequados. Obediência, honestidade, pensamentos saudáveis eram características necessárias à formação do novo homem que fosse capaz de organizar suas atividades para o estudo ou para o trabalho. Como afirma Magalhães (2006), aprender pelos manuais implicou o fomento de regras de leitura e a vigilância sobre os textos e as práticas leitoras. Pode se falar de um regime de educabilidade em que a leitura e a instituição escolar eram substância, modelo e norma.

Dentro desse conjunto de novos fazeres da escola, Faria Filho (2000, p. 31) destaca:

Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade. A representação dos grupos escolares, (...), buscava moldar as práticas, os ritos, os símbolos escolares, produzindo e expressando, no mesmo movimento, uma nova identidade para os profissionais que se ocupavam da instrução primária.

No Grupo Escolar Barão do Rio Branco, esta fase da renovação do pensamento nacional criava as bases necessárias para o avanço das ideias modernas fundadas na reprodução e assimilação de uma nova cultura dominante, forjando um homem racional, determinado a atender os projetos do capitalismo. Neste contexto, Silva e Paiva (2017) afirmam que esse modelo de escola era visto como a base para a formação de uma nova identidade nacional, ao mesmo tempo as propostas do governo republicano eram colocadas em prática com a finalidade central de formar um povo em sintonia com os valores de Ordem e Progresso, através da propagação de hábitos de civilidade e patriotismo, entre outros.

Essas práticas eram frequentes nas matérias de Leitura, Escrita, Civismo, Hinos e Declamação. Esses aspectos vão de encontro ao que afirma Frago (1995, p. 125): “a posição, o olhar, o canto do Hino Nacional eram maneiras de inscrever em seus corpos o sentimento, que então considerava-se esgarçado e mesmo inexistente, de pertencimento a uma Nação”.

Para Ossenbach (2010, p. 120-121), as características de um manual escolar estariam ao redor de determinados aspectos, tais como:

A intencionalidade do autor ou editor de ser expressamente voltado para o ensino escolar; sistematicidade e sequencialidade na exposição dos conteúdos; adequação para o trabalho pedagógico; estilo textual expositivo; combinação de imagem com texto; presença de recursos didáticos explícitos, como tabelas, quadros, exercícios etc.; regulamentação dos conteúdos segundo os planos de ensino oficial e fiscalização do Estado sobre a produção e circulação desses artefatos culturais.

Assim, é necessário destacar a intencionalidade do Estado, através dos programas de ensino, os quais eram organizados como uma forma de controle para com o interior da instituição, considerando as relações escola, aluno, obediência e disciplina. Nesta direção, esperava-se que o aluno tivesse conhecimento histórico e político do país e desenvolvesse o espírito de respeito pelos homens que lutaram pelo progresso da nação, considerados ídolos do patriotismo. Desse modo, as funções assumidas pelo Estado republicano tinham como intuito resolver a crise de hegemonia social da classe dominante, utilizando como uma das mediações a criação de uma legislação educacional que pudesse preservar a ordem social, a socialização de novas regras morais e do saber (Saviani, 2019).

As palavras de Choppin (2002, p. 14), apontam-nos a força deste dispositivo impresso ao

de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude.

A esse respeito, a matéria de leitura e escrita para 3ª e 4ª sessões destacava no ponto a ser tratado as páginas do livro ‘Nossa Pátria’ de Rocha Pombo<sup>3</sup>, o qual narra, a partir de muitas ilustrações, os fatos da história do Brasil, desde o descobrimento até o início do governo republicano. Pedro (2016) enfatiza que o manual *Nossa Pátria* se constitui em um pequeno livro de 162 páginas, com muitas gravuras e mapas. Dividido em cinquenta lições com duas páginas cada uma, com sinopse dos quatro séculos de história do Brasil, que traz os assuntos divididos por século e seus índices. Em 1922, *Nossa Pátria* estava em sua 16ª edição, trazendo a informação de que era livro aprovado oficialmente nos estados de São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, Maranhão e adotado no ensino desses Estados, da mesma forma que no Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte.

Nas palavras de Saviani (2019, p. 139), o uso dos manuais é descrito como adoção do novo método de ensino que:

(...) entendido como uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto, foram elaborados manuais segundo essa diretriz que modificava o papel pedagógico do livro, que, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte em “material essencial para o professor, expondo um modelo de procedimentos para elaboração de atividades que representem a orientação metodológica geral prescrita.

Neste aspecto, o manual escolar não era neutro, produzido com base em interesses, seja coletivo ou individual. “Não se trata de algo inocente, mas de algo empenhado, ligado às necessidades concretas ou sociais” (Chartier, 1990, p. 17). O manual permitia a interiorização do comportamento e representações sociais mediante cada disciplina, conteúdo. Na organização pedagógica, o manual também ocupava um lugar de controle do ensino e da aprendizagem, a partir de um jogo dialético entre as atividades destinadas à execução, aos sujeitos e suas relações com as dimensões envolvidas na apropriação e produção da cultura escolar.

Devido ao avanço de cada disciplina, os manuais escolares também provocaram mudanças nas diferentes formas de ensinar e aprender. Por meio deles, os professores colocavam em prática as normatizações legais, usando de suas inferências no desejo de promover uma cultura própria de cada sala de aula, de cada grupo. Como afirma Carvalho (2003, p. 113), “artes de saber-fazer-com, ensino e aprendizagem são práticas fortemente atreladas à materialidade dos objetos que lhes servem de suporte”.

Os diários de classe das professoras Maria Helena Furtado Villa e Rita Sampaio, de 1921, introduz a “Nova cartilha Analítico-sintético”, de Mariano de Oliveira, nas 1ª e 2ª sessões. Sobral (2007) demonstra que a primeira lição segue de uma figura de uma menina sentada, tocando com sua mão um gatinho e, logo abaixo, a seguinte historieta,<sup>4</sup> originalmente, escrita em letra manuscrita:

1. Uma menina e um gatinho.
2. O gatinho é da menina.
3. A menina chama-se Laurita.
4. Como se chama o gatinho?
5. O gatinho se chama Neve (Oliveira, 1918, p. 5).

Existia na estrutura das historietas uma repetição de palavras: menina, gatinho; bem como uma resposta de imediato a pergunta: Como se chama o gatinho? O gatinho se chama Neve. O processo de ensino e aprendizagem não entusiasmava uma reflexão ou apropriação do pensamento do aprendiz, apenas uma relação entre a escrita e a leitura diante da associação das

3 Nascido em 1857, em Morretes, Paraná, Rocha Pombo passou os primeiros quarenta anos da sua vida (faleceu aos 86 anos de idade) em terras paranaenses. Transferiu-se juntamente com os seus familiares para a capital federal em 1897. Durante a sua estada na cidade do Rio de Janeiro, Rocha Pombo escreveu e publicou diversos livros, artigos e poemas. Uma dessas obras foi *Nossa Pátria* lançada em 1917 pela Editora Melhoramentos. Além das obras, Rocha Pombo atuou como professor, jornalista, romancista e historiador (Viana, 2009).

4 Narrativa ficcional breve (curta). Tipo de texto narrativo cujo assunto não é importante; narrativa insignificante. Relato curto sobre algo engraçado; anedota ou piada. Fonte: dicionário online de Português.

letras e símbolos que os alunos deveriam reconhecer.

No final do manual, encontram-se instruções para os professores utilizarem no processo de ensino da leitura:

Provocar, em palestras, a observação dos alunos de preferência sobre um objeto ou qualquer estampa, levando-os a enunciarem sentenças (cinco ou seis, nas primeiras lições) relacionadas umas com outras, de modo que o objeto lógico de uma seja empregado como sujeito da sentença imediata. O todo formará uma pequena história descritiva do objeto ou da estampa que serviu de assumpto a lição (Oliveira, 1920, p. 93 *apud* Sobral, 2007).

Estas orientações repercutiam de forma direta na aprendizagem dos alunos, no seu comportamento, além de servir de motivações, redefinindo as práticas pedagógicas e os objetivos do método de ensino. O aluno sentia-se motivado a realizar as atividades como algo real de seu cotidiano que, ao mesmo tempo, tornava-se importante para sua aprendizagem e, não apenas, uma memorização por obrigação e medo.

A efetivação dos manuais nos grupos escolares, à nível nacional, ocorre a partir da década de 1890 e ganha impulso nas primeiras décadas do século XX, como afirma Mortatti (2000, p. 2):

Quando se observa o engendramento de fenômenos correlatos: apoio de editores e especialização de editoras na publicação desse tipo de livro didático; surgimento de um tipo específico de escritor didático profissional – o professor; e processo de institucionalização da cartilha, mediante sua aprovação, adoção, compra e distribuição às escolas públicas, por parte de órgãos dos governos estaduais.

Os manuais escolares eram imbuídos das normatizações impostas à escola que conduziram às práticas vivenciadas pelos diferentes sujeitos em suas relações com seus pares, objetos escolares (infraestrutura do prédio, mobiliário, material pedagógico), bem como o desenvolvimento das disciplinas escolares, saberes e currículo.

O grupo escolar, em meio a todas essas transformações, incorporou a prerrogativa de formação do futuro de uma nação. Para Viveiros (2015), o grupo escolar abrangia um projeto de escola com métodos, arquitetura e teorias pedagógicas voltadas ao real desenvolvimento da educação, devido ao custo e a sua inovação pedagógica, assim como seu público inicial, que deveria ser composto por pobres, cedendo lugar às crianças das classes privilegiadas e das elites da época.

Assim, diferentes instituições foram acionadas para o convencimento de que a nova ordem burguesa e moderna deveria ser imposta a qualquer custo. Este espaço, organizado para o ensino e aprendizagem, foi, sem dúvida, a instituição-chave utilizada pelas elites dirigentes, no sentido de enraizar novas concepções de tempo, espaço, postura, disciplina, racionalidade etc. Neste cenário, estavam os manuais escolares como principal instrumento na divulgação do ideário educacional da época, fundamental na formação dos professores e na efetivação do programa de ensino.

## Considerações finais

Na escola primária, a leitura e a escrita eram as principais atividades a serem ensinadas. Os textos consolidavam a ideia de uma pátria moderna e civilizada através dos conteúdos morais e cívicos e integração à vida social. As leituras tinham ilustrações que produziam uma identificação com a vivência dos alunos, formação de atitudes e bons hábitos para a vida. Também permitia o aluno a exercitar e ampliar em diversas atividades o sistema de leitura e escrita a partir de um repertório básico de palavras e textos que serviam de fontes de informações para outras produções até mesmo autônomas.

No cenário escolar, os manuais fizeram parte de uma trajetória permeada de desafios e conquistas. A princípio, as obras didáticas eram elaboradas, seguindo modelos estrangeiros de

autores consagrados e voltados à religião, o que suscitava muitas críticas por parte dos intelectuais brasileiros. Desse modo, as conquistas despontavam diante da produção de obras nacionais, consolidadas com a legislação educacional, a modernização tecnológica da imprensa e as transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir do século XIX.

Nesse sentido, os manuais escolares estavam imbrincados nos programas oficiais, normas e legislação para o funcionamento e organização do GEBRB. Repercutiam de forma direta na aprendizagem dos alunos, dos comportamentos, redefinindo as práticas pedagógicas e os objetivos do método de ensino. Os manuais eram utilizados como meios para facilitar o desempenho da mudança de comportamento do aluno, auxiliando-o em suas dificuldades tanto de leitura e escrita, quanto no aprimoramento de seu vocabulário.

Tais recursos pedagógicos determinavam os modos de vida e de pensar, costumes, hábitos, valores e comportamentos modificados e reconfigurados pelo tempo e espaços no GEBRB. Entretanto, este estudo não teve a preocupação, nem a pretensão de defender um ou outro autor diante de suas estratégias em disseminar o conhecimento, conteúdos, mas suscitar uma reflexão crítica sobre a efetividade das estratégias utilizadas pelos manuais para a formação do sujeito republicano.

Os diários de classe de 1919 a 1922 mencionam o primeiro, segundo, terceiro e quarto livros de *Moraes e Instructivas* utilizados nas turmas masculina e feminina, 3ª e 4ª sessão. Sua proposta estava fundamentada no método intuitivo, seriado, simultâneo e leigo. O método analítico para o ensino da leitura e escrita era defendido por João Kopke. Conferia uma certa independência ao leitor pelo contato com as ilustrações, desenvolvendo as emoções, sentimentos, imaginário e conhecimentos diante da estampa que anunciava o que estava escrito. Para o autor, as sentenças precisavam ser lidas expressivamente para que ao pronunciar as palavras concretas, o leitor também percebesse a relação das formas fônicas com as formas gráficas.

Os textos nos quatro manuais são extensos, mas o autor consegue envolver o leitor na trama, na curiosidade de chegar ao desfecho da narrativa. O enredo tem estrutura e elementos que integram o conjunto de fatos e ações de personagens que acontecem em uma sequência. As ações narradas ganham um traço de complicação, problema ou drama, resultando em um conflito entre os personagens, atraindo atenção do leitor para o desfecho que é o momento final em que uma solução é apresentada pelo autor de maneira intencional. A criatividade, na definição da trama e nas interações entre personagens, é valorizada.

Neste mesmo contexto social, a obra de Arnaldo Barreto datada de 1920 fez parte do cotidiano do GEBRB no processo de aquisição da leitura e da escrita de crianças e adolescentes. Nos diários de classe das professoras Maria Terceira Rocha, Raimunda Rocha, Maria Helena Furtado e Rita Sampaio, esta obra é citada para as 1ª e 2ª sessão das turmas masculina e feminina. Todas as historietas são abertas com um desenho do tamanho da folha. Nas páginas, as gravuras se tornam menores, podendo ter mais de uma na mesma página, de acordo com as ações dos personagens. Algumas em preto e branco, outras coloridas. Por meio desta técnica, o autor despertava no leitor a curiosidade de decifrar a escrita do texto, uma vez que as historietas vão de encontro à vida cotidiana dos aprendizes, seja no espaço urbano ou rural. Pelas ilustrações, os alunos recordavam as palavras já estudadas e com ajuda do professor poderiam formular as sentenças das historietas.

As historietas do manual de Barreto (1920) interagem com o brincar e o imaginário, despertando na criança o gosto pela leitura e os brinquedos educativos, auxiliando na construção das identidades dos sujeitos e de suas práticas, principalmente, as sociais. É possível verificar a interação social a partir de contatos com instrumentos físicos e/ou simbólicos mediadores do processo de ação. Esta concepção reconhece a função da ludicidade para formação do sujeito, atribuindo-lhe um espaço importante no desenvolvimento das estruturas intelectuais e psicológica.

Mariano de Oliveira, autor da Nova Cartilha para o ensino da leitura e da escrita na Escola Primária, defendia o método analítico-sintético em que a leitura partia dos elementos gráficos como: o alfabeto, o fônico, o silábico, a leitura da palavra. Nesse sentido, o autor sugeria que a Língua Portuguesa era fonética e silábica e que o processo vai da parte em direção ao todo, numa ordem crescente de dificuldade. Depois que a criança memorizasse as letras ou os sons em sílabas, ensina-se a ler palavras formadas por essas letras, sons ou sílabas, para, enfim, ensinar frases, que poderiam ser isoladas ou agrupadas.

Oliveira ainda faz referências também ao patriotismo, amor, obediência, lealdade à pátria. O pensamento de um cidadão trabalhador e da modernização do país estava presente nas entrelinhas das lições com o intuito de fomentar o desenvolvimento intelectual para o crescimento profissional e a capacidade de obediência e disciplina pelo culto à ordem e ao progresso da nação. O manual se tornava também um instrumento necessário à construção do pensamento patriótico da população mediante os exercícios e treinos das mentes e dos corpos.

Os ensaios de Rocha Pombo poderiam ser usados para transmitir uma visão da formação histórica e cultural do Brasil aos estudantes, enfatizando a importância da identidade nacional e do sentimento de pertencimento à pátria. Os conceitos de nacionalismo e valorização das raízes brasileiras presentes no livro poderiam ser discutidos em sala de aula, visando fortalecer o amor à pátria e à construção de uma identidade coletiva, pensada e planejada pelos intelectuais republicanos.

Por último, sublinhamos que os manuais de Arnaldo Barreto, João Kopke, Mariano de Oliveira e Rocha Pombo são considerados nesta pesquisa, instrumentos formadores de professores em exercício, aperfeiçoando e atualizando os saberes construídos na Escola Normal, *lócus* de sua formação profissional, bem como no conjunto de suas ações no contexto de sua realidade escolar. Destinado ao processo de ensino e aprendizagem, os manuais aqui citados contribuiriam para a formação do sujeito republicano no município de Parelhas-RN.

## Referências

ARAÚJO, Marta M. de; MOREIRA, Keila C. O grupo escolar modelo “Augusto Severo” e a educação da criança (Natal - RN, 1908-1913). In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. São Paulo: Mercado das Letras, 2006.

ARAÚJO, Marta. A educação escolar cidadina (Rio Grande do Norte, 1924-1927). In: MIGUEL, M. Elisabeth Blank (Org.). **As manifestações da escola nova no Brasil (1920 a 1946)**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2011.

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução, Andréa Dore. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

AZEVEDO, Crislane B. **Grupos Escolares em Sergipe (1911-1930): Cultura escolar, civilização e escolarização da infância**. Natal: Ed. UFRN, 2009.

AZEVEDO, Crislane Barbosa de; SANTOS, Rosa M. **História da educação no Rio Grande do Norte: Instituições escolares, Infâncias e modernidade no início do século XX**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

BERNARDES, Vanessa Cuba. Um estudo sobre cartilha Analytica, de Arnaldo de Oliveira Barreto (1869-1925). **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 8, n.1, p. 1-17, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910) **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 475-491, set./dez. 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia à História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

CARVALHO, Marta Maria. C. de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, E. M. T. *et al.* **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**. Pelotas, v. 11, p. 5- 24, abr., 2002.

ESCOLANO, Agustín (dir.). **História ilustrada del libro escolar en España**. Madrid: Fundación G. S. Ruipérez, 2 v., 1997.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FRADE, I. C. A. S.; MACIEL, F.; PERES, E. T. **Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais: construção de repertórios analíticos e de conhecimento sobre a história da alfabetização e das cartilhas (MG/RS, 1870 – 1980)**. Belo Horizonte; Pelotas, maio, 2001. Disponível em: [https://www2.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH\\_00022.pdf](https://www2.ufpel.edu.br/cic/2007/cd/pdf/CH/CH_00022.pdf). Acesso em: 6 abr. 2022.

FRAGO, A. V. Historia de la educación e historia cultural. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO. **Diários de classe da Escola feminina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1919-1922**. Parelhas-RN, 1922.

GRUPO ESCOLAR BARÃO DO RIO BRANCO. **Diários de classe da Escola masculina do Grupo Escolar Barão do Rio Branco: 1919-1922**. Parelhas-RN, 1922.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação**, São Paulo, n. 1, 2001, p. 9-44.

LEOPOLDINO, Maria Aparecida. Políticas culturais e livros didáticos de História: Rocha Pombo na capital da República (1897-1929). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar no quadro da história cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. **Revista SÍFIFO**, 2006.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. São Paulo: Contexto, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MOURA, Wiliane Barbosa Gonçalves; JÚNIOR, José Petrucio de Farias. A história da América vista através do compêndio do Rocha Pombo (1900). In: **30º simpósio nacional de História**. ANPUH – Brasil. Recife, 2019.

OLIVEIRA, Edson Renato. **O Brasil Imaginado em José Francisco de Rocha Pombo**. Dissertação (mestrado). 2015. 140 f. Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História. Goiânia, 2015.

OLIVEIRA, Mariano. **Nova cartilha analytico-synthética**. 50. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de S. Paulo, 1918.

OSSENBACH, Gabriela. Manuales escolares y patrimonio histórico-educativo. **Educatio Siglo XXI**, 28(2), 115- 132. 2010.

PEDRO, Alessandra. **A educação como ideal: a obra histórica e didática de Rocha Pombo, 1900 – 1933**. 2016. 203 f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, SP, 2016.

REIS, José Carlos. **História e Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RIO GRANDE DO NORTE. **Regimento Interno dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado do Rio Grande do Norte**. Directoria Geral da Instrução Publica. Natal: Typ. Commercial J. Pinto & C., 1914.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Manuais Escolares para um ensino prático. **História Educação**. (Online) Porto Alegre, v. 20 n. 50 Set./dez, 2016 p. 95-111.

ROZANTE, Ellen Lucas. A educação dos sentidos no método de ensino intuitivo e o caso das escolas públicas isoladas de São Paulo (1889-1910). *In: VI anais do Congresso Brasileiro de História da Educação*. Goiânia, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SILVA, Gilson Lopes; PAIVA, Marlúcia Menezes de. Modernização do Ensino da Cidade de Assú durante a Primeira República: Grupo Escolar Tenente Coronel José Correia. *In: STAMATTO, Maria Inês Sucupira; MEDEIROS NETA, Olívia Morais de (Orgs.). Histórias de ensino no Brasil*. Vol. 2. João Pessoa: Ideia, 2017.

SOBRAL. Patrícia de Oliveira. Um estudo sobre Nova Cartilha Analytico-Synthética (1916), de Mariano de Oliveira. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 343-356, 2007.

SOUZA, Rosa de Fátima de. A contribuição dos estudos sobre Grupos escolares para a historiografia da educação brasileira. **Revista Brasileira de história da educação**. v.19, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe>.

VIANNA. Juliana Golin Xavier. A produção didática de Rocha Pombo: análise de história da américa e nossa pátria. **Revista Vernáculo**, n. 23 e 24, 2009.

VIEIROS. Kilza Fernanda de Moreira. Campo médico e sanitarismo: Possibilidades Educativas no início do século XX em São Luís – Ma. *In: MEDEIROS NETA, Olívia Morais de; STAMATTO, Maria Inês Sucupira Stamatto, (orgs.). Práticas educativas, formação e memória*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015.

Recebido em 09 de abril de 2024  
Aceito em 03 de junho de 2024